

**À Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do  
Parnaíba – CODEVASF**

**Pregão Eletrônico nº 90018/2024**

**LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA  
CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º  
11.260.925/0003-50, com sede na Rua Itapoama, 1000, Galpão 8, bairro Itacibá, CEP 29155-795,  
Cariacica/ES, neste ato representada por seu administrador Sr. Linjun Wang, brasileiro, casado,  
advogado, inscrito no CPF sob n.º 111.487.761-17, vem, respeitosamente, à presença de Vossa  
Senhoria, apresentar RECURSO contra a decisão de inabilitação proferida no âmbito do Pregão  
Eletrônico nº 90018/2024, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que foi  
interposto dentro do prazo legal, conforme artigo 165, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, estando,  
portanto, em plena conformidade com o rito processual estabelecido.

**II. DA DECISÃO ARBITRÁRIA E ILEGAL DE INABILITAÇÃO SEM CONDENAÇÃO DEFINITIVA**

A decisão do pregoeiro que inabilitou a LIUGONG LATIN  
AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. é flagrantemente ilegal e contrária aos  
princípios constitucionais, uma vez que se fundamenta em um acórdão do Tribunal de Contas da  
União (TCU) que não transitou em julgado. A referida decisão é baseada no Acórdão nº 1997/2024  
– TCU – Plenário, que está sujeito a recurso, conforme o Regimento Interno do TCU, com efeito  
suspensivo automático.

Nesse contexto, qualquer sanção baseada nesse acórdão,  
como a inabilitação da empresa no presente certame, não pode ser aplicada, pois ainda não há  
decisão definitiva que confirme qualquer irregularidade ou inidoneidade. A execução de sanções  
antes do trânsito em julgado viola o princípio da presunção de inocência, previsto no artigo 5º,  
inciso LVII, da Constituição Federal, e compromete a integridade do processo licitatório.

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça possuem jurisprudência consolidada sobre a impossibilidade de executar sanções administrativas antes do trânsito em julgado:

"É inconstitucional a execução de sanções administrativas, sem que haja o trânsito em julgado da decisão que as impôs, visto que tal ato implica na violação dos princípios da presunção de inocência e da ampla defesa."

(RE 197.917/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 18/02/1998).

Dessa forma, a decisão do pregoeiro ao declarar a inabilitação da empresa sem o trânsito em julgado da decisão do TCU não encontra respaldo legal e deve ser imediatamente anulada, restabelecendo-se a condição de vencedora da LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA., conforme sua legítima vitória no certame.

### **III. DA ILEGALIDADE DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Ao inabilitar a LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA., o pregoeiro antecipou os efeitos de uma decisão ainda em julgamento, violando o direito da empresa de participar de maneira plena no processo licitatório, e sem que haja qualquer decisão final que justifique tal exclusão.

O Superior Tribunal de Justiça tem reiterado que a antecipação da execução de sanções administrativas sem a devida conclusão do processo é ilegal:

"A antecipação da execução de sanções administrativas sem a devida conclusão do processo administrativo com trânsito em julgado é ilegal e contraria o devido processo legal."

(AgRg no REsp 1.621.323/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 10/05/2016).

Portanto, a decisão do pregoeiro em excluir a empresa do certame, baseando-se em uma decisão pendente de recurso, está em completa dissonância com a jurisprudência dos tribunais superiores e deve ser prontamente revertida.

#### **IV. DO CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA**

Além do flagrante ilegalidade na aplicação da inabilitação, destaca-se que a LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. foi prejudicada pelo cerceamento ao direito de defesa, pois a empresa não teve a oportunidade adequada de se manifestar sobre os argumentos utilizados para justificar sua inabilitação. A comunicação via chat foi interrompida abruptamente, impedindo que a empresa apresentasse seus devidos esclarecimentos e documentos comprobatórios.

Tal prática contraria diretamente o princípio da ampla defesa e do contraditório, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e afasta a transparência que deve nortear os processos licitatórios. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é inequívoca quanto à nulidade de atos administrativos que resultam de cerceamento de defesa:

“Nos processos administrativos, é inadmissível qualquer cerceamento de defesa, sendo obrigatório o respeito ao contraditório e à ampla defesa, sob pena de nulidade dos atos decisórios subsequentes.”

(REsp 1.195.241/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 28/02/2013).

Portanto, a inabilitação da empresa, sem a devida possibilidade de defesa plena, deve ser declarada nula, restabelecendo-se a legalidade do processo e, conseqüentemente, a vitória obtida pela LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. no presente pregão.

#### **V. DO RESTABELECIMENTO DA VITÓRIA NO CERTAME**

A LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. foi declarada vencedora legítima no Pregão Eletrônico nº 90018/2024, com base em sua proposta técnica e comercial plenamente válida. A decisão de inabilitação proferida posteriormente carece de base legal e foi imposta de maneira abrupta e ilegal, sem observância do devido processo legal e sem condenação definitiva.

Em razão disso, requer-se o restabelecimento imediato da condição de vencedora da empresa no certame, assegurando que a adjudicação e homologação

sejam mantidas conforme originalmente previstas.

## **VI. DOS PEDIDOS**

Diante da manifesta ilegalidade da decisão proferida,  
requer-se a Vossa Senhoria:

1. A anulação imediata da decisão de inabilitação da LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA., restabelecendo o direito da empresa de manter sua condição de vencedora do certame, já que não há decisão final e transitada em julgado que justifique sua exclusão.
2. A confirmação da adjudicação e homologação do objeto à LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA., conforme a decisão de vitória obtida no pregão, garantindo-se o pleno cumprimento dos princípios da legalidade e da ampla concorrência.
3. A suspensão de qualquer ato posterior de adjudicação ou homologação em favor de outro licitante, até que se garanta o cumprimento das decisões de restabelecimento da vitória obtida pela empresa no certame.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Cariacica, 14 de outubro de 2024.

**LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.**

**Cássio Gomes Pereira – Gerente Jurídico**

**OAB/SP 285.879**

**LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.**

**Linjun Wang – Administrador.**